

# DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL<sup>1</sup>

**JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Ceará  
borza@secrel.com.br

## RESUMO

O artigo versa sobre a compreensão do que vem a ser a diferenciação socioespacial, levantando questões que inquietam a imaginação geográfica. Parte da constatação da ocorrência de conflitos sociais que se dão no interior da cidade, espaço contraditório por excelência, onde se manifestam embates que expressam múltiplos interesses. O grande desafio suscitado pelo texto consiste em identificar semelhanças e diferenças estabelecidas entre os grupos sociais responsáveis pelo processo de produção e consumo da cidade, e compreender, malgrado as contradições, o que empresta sentido e animação ao arranjo diferenciado da cidade. O resgate do teor discursivo da incapacidade da Geografia em superar essa dificuldade analítica, traz à baila o discurso de renomados geógrafos e impõe o diálogo com profissionais de outras áreas das Ciências Humanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Cidadania. Planejamento Urbano. Diferenciação Socioespacial. Espaço Público. Democracia.

## SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATION

### ABSTRACT

This paper discusses what socio-spatial differentiation actually means; it deals with questions that disturb the geographical imagination. Cities are *loci* of social conflict because they constitute contradictory spaces *par excellence*, spaces where resistances that express different interests are clearly evident. Our main challenge is to identify the similarities and differences of the social groups that produce and consume the city in order to understand, urban contradictions notwithstanding, what gives sense and animation to the city's differentiated arrangement. The rescue of the

---

<sup>1</sup> Texto que apoiou a apresentação efetuada no II Workshop do Grupo de Estudos Urbanos (GEU) em dezembro de 2006, em Brasília, DF.

discursive tenor of the inability of geography to overcome this analytical shortcoming brings to light the discourse of renowned geographers and points to the need of a better dialogue with professionals of the other human sciences.

**KEY WORDS:** Cities. Citizenship. Urban planning. Socio-spatial differentiation. Public space. Democracy.

## **INTRODUÇÃO: A GEOGRAFIA NO CONFRONTO DA REALIDADE POLÍTICA E SOCIAL**

As grandes cidades e as aglomerações metropolitanas tornaram-se manchas de alta concentração demográfica, áreas de forte demanda e de constantes conflitos com múltiplos interesses. Profissionais das mais diversas áreas do conhecimento têm orientado suas pesquisas para o tema urbano, na perspectiva de explicar a constatação de contradições de toda ordem e o enorme fosso social que une e separa as pessoas no interior da cidade, criando nichos com particularidades bem marcadas. Quais são as semelhanças e as diferenças mais expressivas entre esses diversos nichos? Como se dá o ato de produzir e consumir a cidade? O que empresta sentido à animação e ao arranjo diferenciado da cidade? Essas e outras questões desafiam pesquisadores, despertando acentuado interesse acadêmico e estando incluídas na pauta das agências e organismos internacionais. Essas perguntas não têm obtido respostas plausíveis capazes de explicar os processos socioespaciais constatados na realidade urbana da cidade contemporânea. Com tamanho e escala diferentes, essas aglomerações, ao contrário, apresentam graves problemas sociais, sem vislumbrar qualquer perspectiva de solução em curto prazo. As teses marxistas são as que mais se aproximam de uma explicação cabível, razão pela qual vários teóricos elegeram o espaço, enquanto categoria analítica que expõe essas contradições em seu interior. Lefebvre (1971) é o expoente ao usar o espaço como categoria de análise, assumindo importância fundamental nas formulações teóricas que conduzem ao desvendamento das contradições socioespaciais e das estratégias que a população utiliza para sobreviver no interior das cidades.

Esse quadro ambíguo e complexo é a própria constatação da emergência da questão urbana revelada na cidade, especialmente nas metrópoles. Castells (1972) é um dos primeiros intérpretes desse processo. Adentra o urbano, questiona a realidade e transforma o tema em seu

principal enfoque teórico. O autor aprofunda sua análise em obras posteriores, buscando compreender primeiro a dinâmica dos movimentos sociais, alcançando, de forma pioneira, destacado papel nas discussões sobre a sociedade contemporânea na perspectiva de verificar o peso e a expressão dos conteúdos técnicos no interior dos movimentos sociais. Estuda a organização da sociedade em redes no contexto da alta densidade técnica favorecida pelas conquistas da informática.

Para vários pesquisadores, após a queda do “muro de Berlin” em 1989 e o desmanche da antiga URSS, em 1992, ocorre um abandono das teses marxistas voltadas à compreensão das relações socioespaciais<sup>2</sup>. Esse abandono provoca uma verdadeira guinada metodológica de forte cunho ideológico. As teses analíticas comprometidas com a compreensão da totalidade dão lugar a análises dos fragmentos de um mundo contraditório. É a fase da autonomização dos territórios. O conceito de espaço, explicativo de realidades de extensão mais ampla, mais totalizantes, é aos poucos substituído pelo de território, respondendo aos anseios dos que buscam explicar as partes. Os territórios vão adquirindo autonomia à medida que se multiplicam em forma de enclaves. O fragmento pode adquirir tamanho e escalas diferentes, variando do Estado-nação, podendo ser o condomínio fechado, o centro empresarial, ou mesmo um *shoppings center*.

Trazendo essa discussão para as cidades, observa-se ser essa relação mais conflituosa nos embates travados entre os usos dos espaços públicos e privados. É a constatação do processo perverso que expõe as mazelas que sujeitam a vida nas cidades. Ele revela como vai ocorrendo, aos poucos, o abandono e a degradação dos espaços públicos. São, na maioria das vezes, espaços de forte teor histórico, de fundamental importância na trajetória individual e coletiva das comunidades que os encaram como marcos emblemáticos. São marcados por eventos sucessivos e simultâneos, singulares e de forte peso na caracterização dos sujeitos sociais com eles envolvidos. Os espaços públicos são espaços de fricção cotidiana, espaços de confrontos e conflitos, de amenidades, de afeto, conquistados, quase sempre, por lutas ferrenhas travadas pelos movimentos sociais. Inscrevem-se aí as conquistas de áreas verdes como parques, bosques, praças, calçadas, jardins. O advento da fragmentação

---

<sup>2</sup> Jacques Attali, em seu livro *Karl Marx ou o espírito do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2007, afirma que Marx “[é] o homem mais influente do pensamento. E seu pensamento é extraordinariamente atual”. Diz ainda: “Penso que é preciso voltar a estudar Marx. E estudar a diferença entre Marx e o marxismo. É preciso estudar sua obra, sua vida e reconhecer que Marx era favorável ao capitalismo. Ele considerava que o socialismo viria depois do capitalismo, e não em substituição ao capitalismo. É preciso reencontrar Marx e passar por cima da caricatura que fizeram dele após sua morte” (ATTALI, 2007).

dando origem a novos territórios marca uma contradição perversa. O capital elege áreas privadas e orienta o grande público para animá-las. Entre nós, brasileiros, a constatação de uma inversão – o frenético movimento nas praças de alimentação dos *shoppings center* – contrasta com a maioria das praças públicas, praticamente abandonadas, mesmo quando ajardinadas, aformoseadas, compondo um conjunto de formidável estética na composição da paisagem. Entretanto, independente da composição, na perspectiva dos usos e das expropriações, constata-se uma conjuntura marcada pela violência, pelo uso inadequado do espaço, gerando situações de estranhamento entre os diversos grupos sociais e os espaços públicos tão arduamente conquistados.

No contexto da democracia, a necessidade do controle sobre o espaço é fundamental para o exercício da cidadania e expressão de direitos sociais básicos conquistados na vida cotidiana.

O Brasil, caracterizado por seus contrastes sociais, apresenta um contexto onde pobreza e riqueza coexistem com as contradições inerentes ao processo de produção e organização do espaço. As condições de moradia, a deficiência no atendimento de demandas sociais básicas, as dificuldades de acesso restringem, sobremaneira, a disponibilidade e possibilidade de uso de espaços públicos. Esse quadro expressa fortemente a diferenciação socioespacial entre nós.

Borja e Muxi (2003, p. 15-16), discutindo a importância do espaço público no contexto da afirmação cidadã, afirmam:

A história da cidade é a de seu espaço público. As relações entre os habitantes, o poder e a cidadania materializam-se e se expressam na conformação das ruas, das praças, dos parques, dos lugares de encontro cidadão e dos monumentos. A cidade entendida como sistema de redes ou de conjunto de elementos – sejam ruas e praças ou infra-estruturas de comunicação (estações de trens e ônibus), sejam áreas comerciais, equipamentos culturais educativos ou sanitários, quer dizer, espaços de uso coletivo devido à apropriação progressiva das pessoas – permite o passeio e o encontro que ordenam cada zona da cidade e lhe dão sentido que é o domínio físico da expressão coletiva e da diversidade social e cultural. Quer dizer que o espaço público é, ao mesmo tempo, o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político (tradução nossa).

Essa apropriação coletiva dos espaços públicos garante a animação cotidiana e cimenta o sentimento de pertinência que une os cidadãos à cidade. Ao contrário, o comprometimento do Estado, submetido aos interesses do setor privado, sob a égide do capital, modifica a estrutura urbana da cidade, provoca o deslocamento de funções tradicionais, altera a tabela de valores do custo da terra urbana e modifica, sobremaneira, o seu

uso. A quebra da monocentricidade e a dispersão da malha criam vazios urbanos favorecendo o surgimento de setores desprovidos de infraestrutura, equipamentos e serviços. Segmentos sociais de baixo poder de compra, submetidos à lógica do mercado capitalista da terra, procuram, por forças circunstanciais, os vazios urbanos, onde a fraca presença do Estado favorece a ocupação. Quando acontecem a escassez de terra e a verticalização acentuada, há uma forte pressão sobre esses setores e, dependendo do nível de organização da comunidade, pode desencadear movimentos sociais cujas reivindicações se fundamentam na constatação da distribuição desigual da urbanização e nas oportunidades de acesso aos vários setores de animação da vida urbana acentuando as desigualdades socioespaciais.

A polinucleação responsável pela dispersão é direcionada por setores oficiais e privados, ocasionando, dessa forma, mudanças significativas no perfil urbano. A transferência maciça de serviços e equipamentos para outros setores da cidade esvazia os centros tradicionais e enfraquece suas principais funções. Em muitos casos, processos aparentemente naturais interferem em nova configuração urbana. Por sua vez, áreas degradadas, infra-estruturadas, ficam submetidas a outros tipos de uso, ampliando a diferenciação socioespacial no interior da cidade. A este propósito assim se refere Lago (2000, p. 28):

Um novo modelo de diferenciação socioespacial nas grandes cidades, marcado pela segregação excludente ou mesmo pelos enclaves, é o resultado dessa nova racionalidade subjacente aos grandes empreendimentos urbanos/imobiliários. O processo de *gentrification* nas áreas centrais é uma das expressões dessa nova racionalidade e não deve ser entendido apenas como um conjunto de projetos de reabilitação residencial de áreas degradadas direcionados para as novas camadas médias, mas como uma faceta da reestruturação econômica, social e espacial em curso.

Essa inquietação também está presente em nossas tentativas analíticas. Como compreender a realidade brasileira num contexto de forte reiteração das metrópoles e cidades de porte médio, enquanto local de alta concentração demográfica e da concepção dos projetos e das decisões macroeconômicas? Essas cidades aglomeram a maioria do contingente demográfico em detrimento dos municípios localizados no seu entorno. Nos últimos anos, constata-se um processo de desaceleração e maior crescimento demográfico dos municípios circunvizinhos. A cidade matricial continua com altos índices de crescimento, provocando o preenchimento de seus vazios urbanos, mesmo com a ocorrência de um intenso processo de verticalização, especialmente em seus setores mais valorizados. A dinâmica intra-urbana acelera o estatuto da diferença e dá nítidos sinais de que está

intimamente ligada a um contexto mais amplo. Como explica Arantes, (2002, p. 31),

a gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento a uma conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento em áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado.

Os geógrafos, diante da complexidade do processo de produção e organização do espaço, também procuram explicar a realidade na busca incessante da integração do saber socialmente construído com a subjetividade das práticas espaciais, buscando compreender o sentido dos lugares, as especificidades dos territórios expressos nas paisagens. Muitos acompanham, com acuidade, a dinâmica da produção do espaço, na perspectiva de participar e interpretar o processo de conquista da cidadania plena onde o conceito de equidade social desponta como possibilidade.

Esses profissionais, quando engajados na busca interpretativa do real, transpõem todas as dificuldades inerentes à sua prática profissional, posto terem alcançado certo nível de consciência crítica. O confronto com a realidade política e social do país reitera a permanente defesa da democracia, do trabalho e dos direitos humanos, exigindo um exercício permanente de reflexão e análise.

A Geografia, ancorada no estatuto da cientificidade, continua tão ou mais inquieta quanto nos seus primórdios. Preocupada em compreender a realização humana sobre a Terra, suas similitudes e, principalmente, suas diferenças, esta ciência construiu vasto arsenal teórico e uma multiplicidade de propostas metodológicas. Entretanto, George (1990, p. 73), fazendo um balanço de sua vida profissional, é enfático ao afirmar que

[c]hega um momento onde o arsenal do geógrafo parece desusado e inadequado para prosseguir um movimento que se diversifica e se acelera ao ponto que o sistema universitário tradicional com a produção de teses exaustivas, incapaz de seguir o ritmo dos eventos, parece totalmente inadaptado.

Prosseguindo, critica a incapacidade da Geografia em apreender a realidade e é contundente quando diz que “[u]ma ciência se define por seu objeto e por seus métodos. Todo método que não se adapta ao objeto é inadequado” (GEORGE, 1990, p. 81).

Pierre George foi um dos maiores baluartes da cientificidade da Geografia. Em seu magnífico livro *Le métier de géographe* (1990), comemorativo de seus cinquenta anos de profissão, reúne um conjunto de artigos que revelam suas inquietações, suas angústias com o rumo da

ciência geográfica. Nos *Annales de Géographie* (1976, p. 48/63), discute as “[d]ificuldades e incertezas da geografia”. O discurso revela um profissional antenado com os acontecimentos. Trata-se de um texto precursor, onde George interroga nossa categoria perguntando: “É a geografia uma ciência em si mesma e pelo que ela faz com seus métodos e suas diligências?”. Tentando responder a essa pergunta e diante das dificuldades encontradas pela Geografia, o autor prossegue com seus questionamentos. Neste, o teor é contundente:

O que resta da geografia? Um letreiro sobre a porta de onde partem corredores que conduzem aos laboratórios de geomorfologia, de pedologia, de sedimentologia, de climatologia, mais ou menos meteorológico, mas também de estruturas agrárias, de demografias, de urbanismo, de estudos de transportes, onde se duelam técnicos que se ignoram uns aos outros (GEORGE, 1976, p. 48, tradução nossa).

Critica o cientificismo dizendo que “ele só conduz a setorialização e ao esboreamento e que ele deságua no esquematismo... com uma tendência ao perfeccionismo” (GEORGE, 1976, p. 63, tradução nossa).

Essa fragmentação da ciência dificulta a apreensão da totalidade. É preciso consistência teórica para apreender o estatuto da diferença tão presente no processo de produção do espaço brasileiro, independente das denominações atribuídas ou conceitos empregados, podendo ser segregação, exclusão ou apartação social. Para os geógrafos, a emergência da renovação teórica e metodológica da Geografia acarretou, necessariamente, uma mudança nos conceitos e inovações na prática profissional. Os conceitos clássicos da Geografia, como região, e, sobretudo, meio e paisagem, não resistiram às mudanças de perspectivas e de métodos e foram substituídos por um único conceito, o de espaço (PINCHEMEL, 1992).

Prosseguindo, afirma que “[a] Geografia Radical, de contestação dos poderes estabelecidos e dos *establishments* geográficos, marxista ou não marxista, considera que a pesquisa científica deve servir para transformar o mundo no sentido de uma maior justiça social, de um serviço voltado aos mais pobres, às minorias. A geografia feminista, a geografia do bem estar são frutos desta corrente” (PINCHEMEL, 1992).

O percurso científico de seu aperfeiçoamento exigiu da Geografia uma epistemologia, autorizando assim, sua atualização, propiciando constante ajuste desse campo do conhecimento ao processo de criação e recriação social. Abordando o sentido das práticas sociais e suas concretudes, o aperfeiçoamento da Geografia vem permitindo leituras e releituras de paisagens, territórios, lugares na perspectiva da dinâmica espacial deixando, pouco a pouco, sua antiga crença principal, livrando-se

das exaustivas descrições de regiões e itinerários. Malgrado desvios interpretativos, a Geografia apresenta, em sua trajetória, muitos acertos. Ciência em expansão, na atualidade, acusa uma valorização ímpar de seus profissionais, imprescindíveis nas equipes de pesquisa, ensino e planejamento.

Nessa perspectiva, a Geografia caminha, agora mais rapidamente, em busca de uma concepção mais científica, suficiente para interpretar a dinâmica social. No Brasil, Milton Santos foi pioneiro com seu livro "Por uma geografia nova" (1978, p. 02).

[...] desde a fundação do que historicamente se chama geografia científica, no fim do século XIX, jamais nos foi possível construir um conjunto de proposições baseado num sistema comum e entrelaçado por uma lógica interna. Se a geografia não foi capaz de ultrapassar esta deficiência, é porque esteve sempre muito mais preocupada com uma discussão narcísea em torno da geografia como disciplina ao invés de preocupar-se com a geografia como objeto. Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que sobre o espaço, que é o objeto da ciência geográfica.

É esse espaço que nos interessa. É ele que contém, na essência do processo de sua produção e de sua dinâmica, o estatuto da diferença. De que forma a diferença se manifesta? Seria a diferenciação socioespacial a quintessência do sentido e do propósito da Geografia? Seria o conceito de diferenciação capaz de fundamentar a Geografia, apoiando-se em seus princípios tradicionais, ajustando-se aos novos recortes e movimentos do mundo contemporâneo, mantendo-se, desse modo, fiel aos seus pressupostos basilares? Que procedimentos metodológicos nos conduziria ao reconhecimento de recortes e de movimentos das manifestações das diferenças? Como identificar e demarcar as diferenciações socioespaciais? Quais são suas características objetivas e subjetivas?

Peet (1975, 564-575) encontra na teoria marxista a base explicativa para compreensão das desigualdades e é enfático ao afirmar que:

A teoria marxista assinala que a desigualdade se produz inevitavelmente no sistema capitalista. É uma metateoria que trata das grandes forças que configuram milhões de vidas, e que significam pouco para a pessoa, a menos que ela possa ver como sua vida e as circunstâncias particulares que a rodeiam, encaixam-se nos modelos gerais preditos por Marx. A teoria do meio ambiente ou geográfica ocupa-se dos mecanismos que perpetuam a desigualdade, sob o ponto de vista do indivíduo. Preocupa-se com o complexo de forças, estímulos e fricções que configuram de modo imediato o curso da vida de uma pessoa. Trata-se de uma análise à microescala que complementa, perfeitamente, a análise de Marx à macroescala... o núcleo da idéia de uma Geografia da desigualdade é a compreensão de que um indivíduo,

ao se preparar para o mercado de trabalho, só pode aproveitar os recursos sociais de uma área limitada do espaço (tradução nossa).

Como chegar a uma Geografia da desigualdade? No Brasil, a falta de uma compreensão mais precisa do significado e aplicação do conceito de escala confunde e dificulta o processo de interpretação e leitura da realidade. A veiculação da informação de forma globalizada, com todas as nuances ideológicas possíveis, mescla as noções de tempo e espaço. Esse amálgama corrompe a idéia de limites e fronteiras gerando, ao mesmo tempo, situações contraditórias.

A vertente social da Geografia, na medida do possível reage, elaborando esquemas teóricos e roteiros metodológicos, tentando aproximar o cidadão de sua problemática mais premente. A realidade urbana brasileira enquadra-se no contexto da conjuntura global. O que isso quer dizer? Quer dizer que o cidadão penalizado diuturnamente pelos problemas sociais característicos do quadro de desigualdade socioespacial fica diariamente distanciado de sua realidade. A mídia, por sua vez, veicula em seus noticiários um mundo trágico que parece ser pior do que o dele, o telespectador. Essa transferência diária passa uma idéia de que os problemas próximos, vividos pelo telespectador, não são tão graves quanto os dos outros sujeitos, distantes.

Entretanto, é na prática espacial que se criam as condições para que o cidadão tenha plena noção de sua realidade, de seu mundo imediato, aquele da fricção diária contido no plano da reprodução da vida, do espaço. É evidente que todos têm deveres e direitos de discutir a situação do país e do mundo numa perspectiva conjuntural, aguçada pelo quadro de desemprego acelerado, desvalorização cambial e aumento acentuado da pobreza. Esse discernimento é travado em parte pelo açoitamento das desigualdades econômicas e sociais, com fortes traços de segregação de significativa parcela da população brasileira. O desnível cultural e educacional alija uma maciça parcela da população dos movimentos de massa que se manifestam em organização e mobilização sociais em defesa de melhores condições de vida.

Prosseguindo na busca da compreensão do que vem a ser a diferenciação socioespacial, de como detectá-la e de como construir argumentos teóricos capazes de identificá-los, chega-se à afirmação de Machado, Ribeiro e Andrade (2007) quando dizem que

[a] diferenciação sócio-espacial decorre da crescente especialização de tarefas decorrentes do aumento da divisão social do trabalho. Ela gera diferenças de atributos, de recursos, de poder e de status que se constituem nas bases materiais da formação de categorias sociais, que tendem a buscar localizações específicas na cidade, criando a divisão

social do território. Da perspectiva do conceito durkheimiano de solidariedade, a espacialização da diferenciação social não implica necessariamente segregação, podendo mesmo ser uma forma de integração societária, na medida em que a separação espacial dos grupos sociais estiver associada à existência de vínculos sistemáticos entre estas diferentes áreas sócio-territoriais.

Trata-se de um outro olhar teórico sobre a questão, agora apoiada no conceito de solidariedade de área.

Como surge o sentimento de solidariedade em determinada comunidade? De que forma a comunidade consciente da sua condição de diferente se organiza e se mobiliza para exigir políticas públicas capazes de equacionar, na medida do possível, as desigualdades socioespaciais? O que seria uma prática espacial consciente e em que essa prática se diferencia de uma concepção utópica de sociedade?

É Harvey (2004, p. 208) quem afirma que

é difícil distinguir aqui as prosaicas práticas e os discursos cotidianos que afetam a vida urbana dos grandiosos sentidos metafóricos que se mesclam tão facilmente com emoções e crenças acerca da vida boa e da forma urbana. Vale notar com que frequência é na escala geográfica da vida em pequena escala da cidade que se situam os ideais das organizações sociais utópicas.

Na busca incessante de compreender a sociedade contemporânea e todo o arcabouço da diferenciação socioespacial, Morin vai além e propõe uma profunda e radical reforma do pensamento capaz de superar todas as formas de reducionismo. Ultrapassa limites ao construir o conceito de saber complexo e de complexidade que se estendeu e se ampliou configurando-se como um macroconceito, “lugar crucial de interrogação ligando a si o nó górdio das relações entre o empírico, o lógico e o racional” (PENA e NASCIMENTO, 1999, p. 09-10).

Na discussão dos limites e das possibilidades do conhecimento científico, a Geografia tem se submetido a muitos desafios e conseguido algumas superações. A diferenciação socioespacial continua instigando os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia. É preciso estar ciente de que “o limite principal da ciência é a sua insistência em abordar e comunicar suas instâncias separadamente. A ciência do Homem ignorou totalmente – isto é, o próprio Homem” (PENA e NASCIMENTO, 1999, p. 10).

A intenção maior deste texto é incitar e provocar o debate. As questões estão postas e para não concluir um tema tão complexo, recorreremos a Freitag (2006, p. 159), que tão bem interpreta a formação das cidades latino-americanas.

Se a geografia, as culturas preexistentes, os padrões de ocupação do território e de formação das cidades já variavam desde o ponto de partida, era de se esperar que os processos de urbanização na América Latina tivessem tomado rumos muito distintos. No entanto, a descrição e análise dos fenômenos de urbanização e megalopolização que ocorrem durante os últimos 500 anos surpreendem pela convergência de padrões na maioria das megalópoles latino-americanas... Eles não podem ser atribuídos à história, mas apontam para forças macroestruturais que promovem um desenvolvimento urbano que converge para a 'insustentabilidade' das megalópoles na era da globalização.

## BIBLIOGRAFIA

ATTALI, Jacques. Sobre seu livro Karl Marx ou o espírito do mundo. *Jornal O Globo*. Caderno Prosa e Verso. 14 jul 2007. Entrevista.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, Otília; Vainer, Carlos; MARICATO, Hermínia. *A Cidade do Pensamento Único*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. *L'illusion de la fin*. Paris: Galilée, 1992.

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972.

CASTORIADIS, Cornelius. *Le Monde Morcelé*. Paris: Seuil, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Points de suspension*. Paris: Galilée, 1992.

FREITAG, Bárbara. *Teorias da Cidade*. Campinas: Papirus, 2006

GEORGE, Pierre. *Annales de géographie*. LXXXV, P. 48-63, 1976.

\_\_\_\_\_. *Le métier de géographe*. Paris: Armand Colin, 1990.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tempos Interessantes*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Revan/IPPUR, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1971.

MACHADO, Luiz Antônio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; ANDRADE, Luciana Teixeira. *Dimensão sócio-espacial da Exclusão/Integração nas metrópoles: estudos comparativos*. Linha de Pesquisa II. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/linha2.htm>. Acesso em: 05 agosto 2007. Não paginado.

PEET, Richard. Inequality and Poverty: a Marxist-Geographic Theory. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 65, n. 4, p. 564-571, dez, 1975.

PENA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. *O Pensar Complexo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PINCHEMEL, Philippe. L'Aventure géographique sur la terre. In: CURIEN, Hubert; BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise (Ed.). *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1992. P. 03-21.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

TOURAINÉ, Alain. *Qu'est-ce que la démoratíe?* Paris: Fayard, 1994.

*Recebido em 27/08/2007*

*Aceito em 10/10/2007*